



A LOCALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL

VERSÃO RESUMIDA DO RELATÓRIO SUBNACIONAL VOLUNTÁRIO

EXPEDIENTE



Associação Brasileira de Municípios - ABM

Presidente

Ary José Vanazzi, Prefeito de São Leopoldo/RS

Diretor Executivo

Eduardo Tadeu, Ex-Prefeito de Várzea Paulista/SP

Vice-Presidente de Relações Institucionais

Gilmar Dominici, Ex-Prefeito de Franca/SP

Vice-presidência de Relações Internacionais

Isabella de Roldão, Vice-Prefeita de Recife/PE

Vice-presidência de Desenvolvimento Sustentável

Márcia Conrado, Prefeita de Serra Talhada/PE

Escritório de Sustentabilidade Projetos

João Pires Mattar
Yara Resende Maragoni Martinelli



Cidades e Governos Locais Unidos - CGLU

Presidente

Jan Van Zanen, Prefeito de Haia, Países Baixos

Secretária-Geral

Emilia Saiz



Federação Latinoamericana de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais - FLACMA

Presidente

Kelvin Cruz, Prefeito de La Vega, República Dominicana

Secretário-Geral

Sérgio Arredondo

Autoria e coordenação técnica

Rodrigo Führ

Pesquisa e sistematização

Aline Gonçalves Andrade

Diagramação e arte

Bruna Caroline dos Santos Bezerra

CITAR COMO

Führ, Rodrigo. A Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil: Versão resumida do Relatório Subnacional Voluntário. Brasília: Associação Brasileira de Municípios, 2024.



Lista de siglas e abreviações

ABEMA	Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente
ABM	Associação Brasileira de Municípios
CAPAG	Capacidade de Pagamento
CF	Conselho da Federação
CGLU	Cidades e Governos Locais Unidos
CNM	Confederação Nacional de Municípios
CNODS	Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
FMDV	Fundo Mundial para o Desenvolvimento das Cidades
FNP	Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos
GTF	Força-Tarefa Global de Governos Locais e Regionais
HLPF	Fórum Político de Alto Nível
IDSC-BR	Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades Brasileiras
LDO	Lei de Diretriz Orçamentária
LOA	Lei Orçamentária Anual
MCID	Ministério das Cidades
MIDR	Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas
MPO	Ministério do Planejamento e Orçamento
MRE	Ministério de Relações Exteriores
Novo PAC	Novo Programa de Aceleração do Crescimento
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONU-Habitat	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
RLV	Relatórios Locais Voluntários
RNV	Relatório Nacional Voluntário
RSV	Relatório Subnacional Voluntário
SG	Secretaria Geral da Presidência da República
SRI	Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República



RESUMO EXECUTIVO

O Brasil possui uma trajetória complexa na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Enquanto que o período de transição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para a Agenda 2030 foi marcado por uma liderança do Brasil tanto no planejamento interno quanto na representação internacional, houve vários obstáculos domésticos que impediram que a agenda tivesse uma adequação rápida no país. No nível Federal, o cenário foi marcado por altos e baixos, com períodos de abandono virtual e, eventualmente, de um abandono real da Agenda.

No entanto, cidades e estados, juntamente com a sociedade civil, assumiram o papel de planejar, implementar e monitorar a Agenda 2030 mesmo na ausência de envolvimento do Governo Federal. Em um momento em que o diálogo entre governos subnacionais e o governo nacional foi enfraquecido, os ODS continuaram sendo implementados na escala local graças à prefeituras e comunidades. Esses atores buscaram resistir à tentativa de destruição das pautas sociais e ambientais, utilizando-se dos objetivos, metas e indicadores da Agenda 2030 para a formulação da política pública local.

Muito desse trabalho foi devido a atuação em rede dos governos locais. A partir de alianças estratégicas entre prefeituras e com atores alinhados à Agenda 2030, os municípios puderam avançar em direção ao desenvolvimento sustentável. A Associação Brasileira de Municípios, entidade municipalista mais antiga da América Latina, tem orgulho de seguir apoiando os governos subnacionais na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável desde o seu surgimento no cenário nacional, apoiando os municípios brasileiros na melhoria de sua governança pública e aplicando o desenvolvimento sustentável como um mecanismo de planejamento transversal e abrangente. É por isso que

realizamos esse primeiro Relatório Subnacional Voluntário do Brasil: para por um lado analisar e monitorar o avanço da Agenda 2030 junto aos municípios brasileiros; e, por outro, poder contar a história, os sucessos e os desafios dos governos locais no Brasil enquanto definiam o que os ODS significavam para sua realidade local em um momento de baixa coordenação federativa.

A versão resumida deste relatório traz os principais pontos identificados pela Associação Brasileira de Municípios em uma pesquisa desenvolvida ao longo de 2024, que envolveu três principais métodos de pesquisa: uma disseminação de um questionário a todos os municípios brasileiros; entrevistas semi-estruturadas com uma amostra desses municípios, junto a entidades do Governo Federal e de instituições nacionais e internacionais; e uma observação participante em duas das principais instituições em que municípios participaram da formulação de política de desenvolvimento sustentável nacional: a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) e o Conselho da Federação (CF).

Percebe-se que ainda há diversos desafios a serem superados local e nacionalmente para a localização dos ODS. Esses perpassam uma maior capacitação técnica dos governos locais, uma maior articulação política e social sobre o desenvolvimento sustentável, e um reconhecimento mais expressivo do Governo Federal da necessidade de reconhecimento das demandas e boas práticas dos governos subnacionais. Ainda, para conseguir manter-se dentro da linha do tempo de cumprimento dos ODS até 2030, há uma necessidade urgente de aceleração do processo de implementação da Agenda, que ainda encontra-se bastante envolvida apenas em etapas de planejamento.



Como recomendação, governos subnacionais solicitaram cinco mudanças políticas e institucionais: um maior envolvimento de governos locais no processo de tomada de decisão nacional; um provimento constante de capacitação e treinamento para as esferas públicas locais; um monitoramento permanente de dados a nível local que permitam o monitoramento das políticas públicas municipais, e não somente de avaliação de dados agregados a nível nacional; uma adaptação dos instrumentos de financiamento para que sejam acessíveis por municípios de diferentes portes, mesmo aqueles com baixa Capacidade de Pagamento (CAPAG), o que envolve também a disponibilização de financiamentos não-reembolsáveis pelo Governo Federal e organismos internacionais; e, por fim, a inserção dos ODS no mais alto nível de política nacional, em práticas do Executivo, Legislativo e Judiciário Federal, o que facilita a sua introdução no contexto local.

Apesar do conjunto amplo de desafios e demandas, há um notável interesse de governos subnacionais em acelerar a implementação dos ODS em seu território. Os municípios que declararam ter capacidade elevada e atuação já consolidada na Agenda 2030 também afirmaram notar benefícios visíveis para a gestão pública. Identificou-se com essa pesquisa que a integração do desenvolvimento sustentável na política pública local levou a um mais eficiente planejamento de médio e longo prazo, de maior capital político e eleitoral para prefeitos e prefeitas, e de capacidades técnicas e financeiras elevadas. Sugere-se que municípios incentivem seus servidores a participarem de capacitações e treinamentos como forma de alinhar seus planejamentos municipais à metas e indicadores da Agenda 2030 e assim colher os benefícios da localização dos ODS junto ao seu território



A Associação Brasileira de Municípios (ABM)

A Associação Brasileira de Municípios (ABM), fundada em 15 de março de 1946, é a entidade municipalista mais antiga da América Latina. Desde sua criação no Rio de Janeiro, a ABM tem atuado na defesa dos interesses dos municípios brasileiros, promovendo a autonomia local e o fortalecimento da governança municipal. Com sede atual em Brasília, a Associação representa os municípios em nível nacional e internacional, articulando-se com governos, instituições e organizações de diversas esferas para garantir o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida nas cidades.

Ao longo de sua história, a ABM tem sido um agente de mobilização em causas fundamentais para o desenvolvimento urbano, como a descentralização político-administrativa e a garantia de uma maior distribuição de recursos para os municípios. Foi uma das principais defensoras da autonomia municipal consagrada na Constituição de 1988, que reconheceu os municípios como entes federativos. Essa luta pela valorização do papel dos governos locais no desenvolvimento do país se reflete também no diálogo constante com o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, sempre de forma plural e apartidária.

Composta por municípios, associações estaduais e regionais, e consórcios municipais, a ABM promove o intercâmbio de experiências e boas práticas entre gestores locais, além de apoiar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável. Atuando como uma ponte entre os municípios e o Governo Federal, a ABM busca fortalecer as capacidades de gestão e a implementação de políticas que contribuam para a sustentabilidade urbana, com o objetivo de transformar os municípios em motores do desenvolvimento socioeconômico do Brasil.



DESTAQUES DO RELATÓRIO SUBNACIONAL VOLUNTÁRIO

A localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil (2015-2024)

O Brasil possui uma realidade subnacional complexa e que precisa ser compreendida para avançar na localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O Brasil possui 5.569 municípios e o Distrito Federal, totalizando 5.570 governos locais. Há uma grande disparidade entre o tamanho, população e capacidade institucional e técnica de governo entre municípios, além dos desafios enfrentados pela gestão pública destes. Há ainda diferenças significativas entre municípios de diferentes regiões, com municípios do sudeste e sul tendo maior capacidade institucional e financeira do que municípios do norte, nordeste e centro-oeste. Isso é ilustrado também em seus indicadores: das 100 cidades com melhores indicadores de desenvolvimento sustentável no Brasil, 99 são situadas nas regiões sul e sudeste, especialmente no Estado de São Paulo (Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - IDSC-BR, 2024). Portanto, a territorialização da Agenda 2030 junto aos governos locais brasileiros não é um processo linear, possuindo diferentes formas e proporções.

O papel de governos subnacionais para a implementação da Agenda 2030 no Brasil se estende para além do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11, que foca na promoção de Cidades e Comunidades Sustentáveis. Como uma República Federativa, os municípios estão constituídos como o nível de governo mais próximo da população e do território no Brasil. Por isso, prefeituras possuem o potencial e a responsabilidade de atuarem para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



A **localização dos ODS** é o processo de adaptar e implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em nível local. Este conceito abrange como os atores locais definem, planejam, implementam, monitoram, avaliam e reportam suas estratégias alinhadas com a Agenda 2030, adequando-as aos contextos e necessidades específicos de cada localidade. Embora os governos locais estejam explicitamente incluídos no ODS 11 (“Cidades e Comunidades Sustentáveis”), os atores subnacionais influenciam uma parte significativa de todos os ODS, com a ONU estimando que 65% de todas as metas e indicadores dependem da intervenção direta dos governos locais (Organização das Nações Unidas 2023, pp. 48-49).

em sua localidade. Segundo a Organização das Nações Unidas (2023, pp. 48-49), os atores subnacionais estão relacionados a pelo menos 65% dos objetivos e metas da Agenda 2030. Assim, embora os governos nacionais sejam os principais responsáveis pelo planejamento, implementação e monitoramento da Agenda 2030, os governos subnacionais são indispensáveis para que a agenda seja territorializada.

Para avançar no entendimento da territorialização da Agenda 2030 no Brasil, é primeiro preciso analisar o impacto das dinâmicas que aconteceram e acontecem no cenário nacional. A implementação nacional dos ODS no Brasil foi fortemente influenciada pelos mandatos presenciais e pelas crises políticas, econômicas e sociais da última década. Para fins



Especificamente no contexto brasileiro, é importante notar a distinção entre os termos “localização dos ODS”, utilizado internacionalmente, e “territorialização dos ODS”, preferido no Brasil. Esta diferença terminológica reflete uma abordagem conceitual que enfatiza o papel específico dos territórios no contexto brasileiro, reconhecendo a vasta diversidade geográfica e cultural do país, bem como suas acentuadas desigualdades regionais. Enquanto “localização” sugere uma adaptação dos ODS a contextos locais no sentido de municipalização, “territorialização” implica uma adaptação em múltiplas escalas (municipal, estadual, regional), considerando os aspectos socioespaciais do território.

Esta abordagem de territorialização foi proposta pelo Governo Brasileiro devido ao entendimento de que, para serem efetivas, as políticas públicas precisam ser moldadas de acordo com as especificidades territoriais, levando em conta as complexidades e particularidades de cada região do país.

de apresentação, é possível distinguir três períodos conjunturais da governança nacional da Agenda 2030 no país até a retomada da Agenda 2030 em 2023 (Ramiro 2024).

O primeiro momento conjuntural da governança para os ODS no Brasil foi durante o Governo Dilma (2012-2015), marcado por uma liderança internacional e doméstica no estabelecimento da Agenda 2030.

Devido a experiência prévia do país com os ODMs, o país assumiu uma posição de liderança internacional na proposição da nova agenda de desenvolvimento sustentável que começou a ser desenhada em 2012. Isso levou ao crescimento de expectativas dos governos subnacionais e da sociedade civil para o papel de liderança que o Brasil poderia vir a tomar na Agenda 2030. Internacionalmente, o Brasil destacou-se por sua capacidade de integrar questões sociais do

Sul Global com interesses de proteção ambiental de países industrializados. Isso levou, internamente, ao surgimento de expectativas de uma participação ativa do Governo Federal e do estabelecimento de mecanismos de coordenação e diálogo entre os diferentes níveis de governo para a implementação da (então futura) nova agenda de desenvolvimento. Esse cenário se fortaleceu devido a participação subnacional e da sociedade civil que, embora inicialmente limitada, cresceu gradualmente ao longo dos primeiros anos da década de 2010, impulsionada por iniciativas como o “Prêmio ODM Brasil” que reconhecia boas práticas subnacionais e da sociedade para adequação da Agenda 21 ao cenário nacional. Assim, esperava-se o estabelecimento de um arranjo federativo brasileiro para a implementação efetiva dos ODS.

O período de “engajamento relutante” com a Agenda 2030 marcou os anos do Governo Temer (2016-2018).

O estabelecimento de uma governança formal para os ODS no Brasil ocorreu após um processo de impeachment, marcado por crises políticas e uma grande tensão interna. Foram feitos avanços técnicos nesse período, como a adaptação de metas e indicadores à realidade brasileira, além do início de um processo de monitoramento através dos organismos técnicos do Governo Federal. O maior avanço nesse período, entretanto, relacionam-se à institucionalização da Agenda 2030 através da criação da Comissão Nacional para os ODS (CNODS) em 2016, que previa participação paritária de atores governamentais e não-estatais, e do desenvolvimento das “Agendas ODS” alinhadas ao “Plano Plurianual (PPA) 2016-2019” (um planejamento de médio prazo). É nesse período, também, que é publicado o primeiro Relatório Nacional Voluntário do Brasil (2017). Na CNODS, a participação subnacional ocorreu através de duas instituições: a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA), órgão que reúne as secretarias e autarquias de estado na área de meio ambiente, e pela Confederação Nacional de Municípios (CNM).

A primeira iteração da CNODS (2016-2019) enfrentou desafios significativos para sua atuação, especialmente devido ao engajamento limitado do governo na Agenda 2030. A baixa legitimidade e popularidade do governo no período de crise política impediram uma maior inte-



gração institucional e mobilização social. Consequentemente, a territorialização da Agenda 2030 ocorreu nesse período de forma fragmentada, principalmente através de ações das três entidades subnacionais brasileiras – a Associação Brasileira de Municípios, a CNM e a Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP) – e de redes transnacionais com atuação setoriais, especialmente aquelas relacionadas à mudanças climáticas e proteção do meio ambiente, ou relacionadas à agenda de desenvolvimento. É nesse período, também, que a sociedade civil fortalece seus esforços de monitoramento e resistência da Agenda 2030, influenciando diretamente a territorialização dos ODS.

O abandono da Agenda 2030, contudo, ocorre durante o Governo Bolsonaro (2019–2022). Durante este período, houve uma estratégia deliberada de desmantelamento das instituições e políticas relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O foco da administração Bolsonaro era enfraquecer as instituições ligadas aos ODS e removê-los completamente do horizonte das políticas públicas. Isso resultou em retrocessos significativos em praticamente todas as áreas relacionadas aos ODS.

O governo Bolsonaro foi marcado pelo desmantelamento institucional da Agenda 2030 no país. Esse processo fica evidenciado pelo Decreto nº 9.759/2019, que extinguiu oficialmente a Comissão Nacional para os ODS e a Secretaria responsável pela supervisão da implementação da Agenda 2030 no país. Já no Plano Plurianual 2020–2023, que estabelece o planejamento de curto e médio prazo do governo Bolsonaro, não houve nenhuma menção aos ODS ou a Agenda 2030. Houve, ainda, o veto Presidencial a emenda parlamentar que adicionava que o PPA 2020–2023 previa a “persecução das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas”, sendo este o único veto do Presidente ao texto final do PPA 2020–2023. A extinção da CNODS e o veto à adição da inclusão, mesmo que simbólica, da Agenda 2030 ao PPA demonstra não somente um movimento de enfraquecimento da Agenda 2030 no país, mas sim uma intenção declarada da sua exclusão das diretrizes gerais para as atividades de planejamento federal. Este cenário criou um vácuo institucional e político na implementação dos ODS nacional-

mente, apesar da resistência de pessoas e instituições do próprio Executivo Federal, como em instituições como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (Ramiro 2024).

Os governos subnacionais e as entidades municipalistas assumiram um papel crucial na manutenção e implementação da Agenda 2030 no Brasil diante desse cenário de abandono federal.

Junto à sociedade civil, municípios e estados tornaram-se os principais atores na sustentação dos ODS no país. Estes atores adotaram os ODS de maneira fragmentada e heterogênea, frequentemente através de redes nacionais e transnacionais, buscando estabelecer parcerias e promover o desenvolvimento sustentável através de uma linguagem compartilhada que facilitasse o diálogo entre governos e atores não-estatais, tanto a nível nacional quanto internacional.

O atual cenário institucional da Agenda 2030 no Brasil

A retomada do envolvimento nacional com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi uma das prioridades declaradas no terceiro governo Lula (2023–atualmente). Um dos pontos mais significativos desse início de retomada foi a reestruturação da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – CNODS, uma das suas promessas de campanha. Reinstituída pelo Decreto nº 11.704, de 14 de setembro de 2023, a CNODS foi situada na Secretaria-Geral da Presidência da República, com o propósito de mantê-la próxima do centro de governo.

A CNODS foi restituída com caráter colegiado, consultivo e paritário, com representação do Governo Federal, de governos estaduais, municipais e da sociedade civil. Sua missão é “contribuir para a internalização da Agenda 2030 no País, estimular a implementação da Agenda 2030 no País em todas as esferas de governo e junto à sociedade civil; e acompanhar, difundir e dar transparência às ações realizadas para o alcance das suas metas e ao progresso no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da Agenda 2030” (BRASIL, 2023).



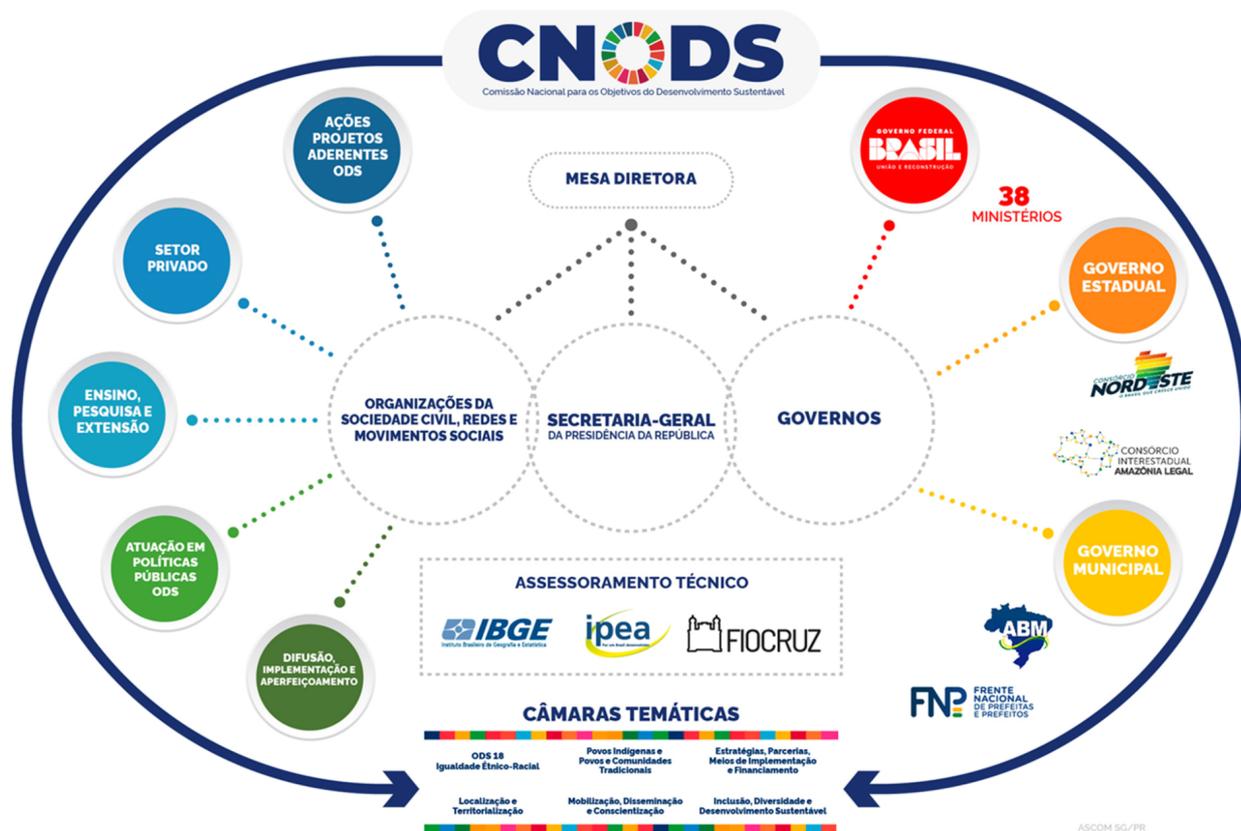
A reinstuição da CNODS (2023) e o Pacto Federativo

Houve um entendimento declarado pelos representantes do Governo Federal de que, após anos sem um diálogo coordenado em relação à Agenda 2030 entre os diferentes níveis de governo e a sociedade civil, deveria haver um realinhamento prévio à institucionalização da Comissão. Já no primeiro semestre de 2023, os governos subnacionais e as organizações da sociedade civil com participação reconhecida na Agenda 2030 foram convocados a participarem de grupos de trabalho para repensar a institucionalização da Agenda 2030 e o desenho da (então futura) Comissão Nacional. Houve, assim, um diálogo coordenado pelas três entidades municipalistas brasileiras (a ABM, a CNM, e a FNP), junto a ministérios relevantes (Ministério das Cidades, Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Ministério do Planejamento e Orçamento, Ministério de Relações Exteriores, Secretaria de Relações Institucionais e Secretaria-Geral da Presidência) e entidades da sociedade civil com atuação local (Instituto Cidades Sustentáveis, Movimento Nacional ODS, Rede ODS Brasil, dentre outras) para alinhamento prévio do desenho de atuação da nova Comissão em relação à territorialização.

A CNODS é composta por 64 representantes, incluindo quatro representantes de governos subnacionais: dois representantes estaduais (O Consórcio Nordeste e o Consórcio Amazônia Legal), e dois representantes municipais: a Associação Brasileira de Municípios (ABM) e a Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP). Os governos locais vêm retomando seu papel como atores-chave na tomada de decisão em relação à Agenda 2030 desde a reativação da Comissão Nacional, especialmente por meio da câmara temática específica da agenda de territorialização (Imagem 1), mas também participando de diálogos setoriais nas câmaras temáticas de (i) Estratégias, Parcerias, Meios de Implementação e Financiamento; (ii) Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais; e (iii) ODS 18 - Igualdade Étnico-racial. Cumpre notar que, sob o mandato da CNODS, os governos subnacionais estão presentes através das entidades que as representam a nível nacional; contudo, como um colegiado paritário entre governo e sociedade



civil, os votos de governos subnacionais foram incluídos dentre os votos de governo. Isso significa que



há uma necessidade de articulação federativa entre Ministérios, Governos Estaduais e Municipais para que

quaisquer resoluções ou propostas apresentadas pelo governo federal possam ser aprovadas em votação.

Imagem 1: Composição institucional da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Fonte: Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - CNODS, 2024.

Lula, fornecer uma “correção de rota”.

Para os governos subnacionais, contudo, a retomada do RNV oferece uma possibilidade: fazer com que sua voz seja ouvida pelo Governo Federal para que a localização da Agenda 2030 seja uma prioridade na formulação de políticas públicas.

Para além da retomada da institucionalização das instâncias de diálogo, o Governo Federal anunciou um objetivo adicional através da CNODS: **atualizar o seu Relatório Nacional Voluntário (RNV)**. O Brasil havia apresentado apenas um RNV, em 2017, o que originou uma lacuna de monitoramento, avaliação, e participação social de governos subnacionais e da sociedade civil. A retomada do processo de desenvolvimento de RNV pelo Governo Federal teve como objetivo, nas palavras do Presidente

A Coordenação do Relatório Subnacional Voluntário (RSV) com o Relatório Nacional Voluntário (RNV)

Após sete anos sem submeter uma versão atualizada de sua Revisão Nacional Voluntária (RNV), o Governo Brasileiro se comprometeu a submeter ao Fórum Político de Alto Nível (HLPF) de 2024 o atual estado da arte



da implementação da Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. **Segundo a Secretaria-Geral da Presidência da República, o II RNV teve como propósito apresentar um relatório de país, com um diálogo constante com a sociedade civil e os governos subnacionais.** Alinhado às prioridades do HLPF de 2024 (ODS 1, Erradicação da Pobreza; ODS 2; Fome Zero e Agricultura Sustentável; ODS 13, Ação Global contra a Mudança do Clima; e ODS 17, Parcerias e Meios de Implementação), o Brasil tomou ainda um passo mais ambicioso ao adicionar um Objetivo 18, determinado nacionalmente: a Igualdade Étnico-Racial. Para além dessas características, o II RNV foi projetado como parte de uma iniciativa de monitoramento, que envolveu as instituições de assessoramento técnico da CNODS (IBGE, IPEA e Fiocruz) no desenvolvimento de dados técnicos e estatísticos sobre o progresso da Agenda 2030 nacionalmente.

Outro ponto destacado da narrativa do Governo brasileiro em relação ao II RNV deu-se na interface dos ODS com a retomada do planejamento estratégico governamental através da integração transversal dos ODS ao Plano Plurianual (PPA) 2024-2027. O Governo Brasileiro tem defendido que o atual alinhamento de PPA com os ODS sinaliza o compromisso do governo em vincular metas globais ao seu planejamento de médio prazo, promovendo uma visão coesa entre as políticas nacionais e os compromissos internacionais de sustentabilidade. No entanto, para além de um alinhamento técnico feito por órgãos técnicos do governo em relação a metas e indicadores, o PPA 2024-2027 possuiu uma característica participativa, envolvendo sociedade civil e representantes federativos para uma maior aderência às realidades locais (ver box XX). A nível federativo, houve uma série de oficinas feitas localmente para obtenção de insumos para o PPA, além de um diálogo continuado com as Superintendências de Desenvolvimento Regionais do Brasil, ocorrendo oficinas no Centro Oeste (Sudeco), na Amazônia (Sudam) e no Nordeste (Sudene). As entidades municipalistas são membros das Superintendências de Desenvolvimento Regionais e foram consultados através dessas oficinas.

Outros planos setoriais também têm sido apre-

O Plano Plurianual (PPA) 2024-2027

O PPA 2024-2027, sancionado pela Lei nº 14.802/2024, representa um movimento de retomada da capacidade de planejamento do Brasil, especialmente no compromisso com a Agenda 2030. Elaborado de maneira participativa, o plano incorpora seis agendas prioritárias e cinco agendas transversais, afirmadamente alinhadas aos ODS, que orientam a alocação de recursos e o monitoramento de políticas públicas. Entre as agendas prioritárias estão combate à fome, educação básica, saúde, neindustrialização, o Novo PAC e combate ao desmatamento. As agendas transversais incluem questões como igualdade racial e ambiental, e os direitos de crianças, mulheres e povos indígenas. O PPA promoveu também coordenação entre os entes federativos, com 125 oficinas locais e uma plataforma digital, o Brasil Participativo, para assegurar uma ampla participação da sociedade. Esses elementos definem objetivos e indicadores-chave para avaliar o progresso do país, objetivando que o desenvolvimento sustentável esteja no centro das políticas públicas e que o planejamento estratégico do governo responda às demandas socioeconômicas e ambientais de maneira integrada.

sentados pelo Governo Federal como demonstração de um realinhamento com a Agenda 2030.

Destaca-se aqui o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Plano de Transformação Ecológica, a Nova Indústria Brasil, e os planos setoriais de mudanças climáticas, como a Estratégia Nacional de Mitigação e a Estratégia Nacional de Adaptação. O Novo PAC, por exemplo, foi concebido considerando os princípios da Agenda 2030, buscando promover



o crescimento econômico de maneira sustentável e inclusiva, alinhando-se com os objetivos globais de desenvolvimento sustentável e incorporando uma agenda de infraestrutura verde e socialmente responsável. Municípios que buscavam obter recursos do Novo PAC precisaram alinhar seus projetos às metas e indicadores da Agenda 2030, ocasionando o alinhamento entre a agenda global, o planejamento nacional e a implementação local.

O processo de realização do II RNV foi liderado pelo Governo Federal através da criação de um Grupo de Redação, com participação de vários ministérios e a supervisão da Comissão Nacional dos ODS. O grupo técnico de redação do Relatório Nacional Voluntário (RNV) foi coordenado pela Secretaria Geral da Presidência através da Secretaria Executiva da CNODS, contando com a participação de um comitê editorial composto pelo IPEA, IBGE, Itaipu, FIOCRUZ, MRE e MPO. O processo foi, assim, coordenado diretamente a partir da Presidência da República. Alguns membros da CNODS foram convidados a compor um “Grupo Curador”, que tinha como objetivo coletar dados setoriais e, no caso específico da Associação Brasileira de Municípios (ABM) e da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP), criar um repositório institucional de boas práticas municipais sobre a Agenda 2030 a serem inseridas transversalmente no RNV. Dessa forma, para além da coordenação da Presidência da República e da atuação do comitê editorial, houve um esforço de articulação institucional com o PNUD, a ABM, a FNP, o MS e o MDS.

A participação através do Grupo Curador trouxe a possibilidade que governos municipais pudessem fornecer insumos à elaboração do Relatório Nacional. Esse foi um avanço qualitativo em comparação com o processo do Primeiro RNV do Brasil (2017), em que a participação de municípios limitou-se a uma apresentação de documentos técnicos e projetos feitos pelas entidades municipalistas, sem uma interlocução direta com a redação do documento. Já no II RNV, o Grupo Curador foi responsável por coletar e sistematizar dados. Em especial, devido à elaboração deste RSV, a ABM foi convidada a contribuir de forma informal no grupo de redação da segunda RNV, participando das reuniões como ouvinte. Nesse espaço, a ABM buscou auxiliar ativamente e for-

necer suporte direto na redação dos capítulos focados na implementação e localização. Apesar disso, o enfoque de localização foi secundário no documento, que esteve bastante voltado a retomada de planejamento a nível federal - não obstante a demanda de governos municipais e estaduais para que houvesse um espaço de escuta dos desafios e recomendações experienciados no território.

Não é incomum que governos subnacionais tenham uma participação limitada em Relatórios Nacionais Voluntários. Por serem relatórios com complexidade técnica e estatística e estarem inseridos nas dinâmicas de planejamento governamentais, RNVs tendem a ser focados em instâncias centrais de governo. Dados recentes trazem que, desde o início da Agenda 2030, menos da metade dos países que produziram RNVs informaram a presença de autoridades locais nos processos de coordenação dos ODS. Esse é parte do motivo pelo qual redes de cidades e associações municipalistas têm atuado em um espaço paralelo de reporte: a submissão de Relatórios Subnacionais Voluntários (RSVs).

O processo de submissão de Relatórios Subnacionais Voluntários (RSV) começou em 2020 como uma iniciativa da Força-Tarefa Global de Governos Locais e Regionais (GTF), sob coordenação técnica do Observatório Global sobre Democracia Local e Descentralização (GOLD) da Organização de Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU). Desde então, a CGLU facilitou a submissão de mais de 40 RSV de vários países de todas as regiões do globo (UCLG 2023, 11). Os benefícios proclamados dos RSVs, segundo a CGLU, são múltiplos; eles não apenas oferecem um espaço para mostrar as melhores práticas e compartilhar as vozes dos governos locais, mas também permitem que as associações de governos locais e regionais mobilizem seus membros e façam propostas e prescrições ao seu Governo nacional. Dessa forma, o processo de coordenação RSV-RNV aumenta a transparência e permite que as instituições monitorem a implementação da Agenda 2030, oferecendo uma plataforma política e de advocacia para as entidades municipalistas (UCLG 2021, 17).

A ABM foi convidada pela CGLU a compor o grupo da “Plataforma de Ação para RSVs” (*VSR Action Platform*) em 2023, tão logo o Governo Brasileiro assinalou sua



A atuação da ABM na elaboração do VSR teve dois objetivos:

1. de um lado, fornecer a maior quantidade possível de dados e relatos de governos locais para o Grupo de Redação do RNV, com o objetivo de que o relatório brasileiro fosse composto também pelas experiências e realidade locais;
2. por outro lado, desenvolver o seu próprio Relatório Subnacional Voluntário, ouvindo as vozes das prefeituras com relação à territorialização da Agenda 2030 e também consultando instituições nacionais

e internacionais atuantes junto aos governos subnacionais, além de membros do Governo Federal que possuem braços territoriais. Através de uma metodologia inovadora, a ABM enfocou-se na busca de três insumos: conhecer boas práticas de governos locais; entender os desafios dos municípios em relação à implementação dos ODS; e compartilhar as recomendações dos governos locais para as partes interessadas na agenda de desenvolvimento sustentável no Brasil.

A LOCALIZAÇÃO DOS



Metodologia do I Relatório Subnacional Voluntário do Brasil

Como primeiro do tipo no Brasil, este Relatório Subnacional Voluntário precisou ser construído com uma metodologia exploratória que abrangesse o período entre o início da Agenda (pré-2015) até seu desenvolvimento recente (2024). Ou seja, o valor adicional desse RSV não está somente em apresentar dados estatísticos e um monitoramento quantitativo da Agenda 2030 junto aos municípios brasileiros, mas sim em construir e promover uma primeira mobilização e exploração das iniciativas, práticas, atores e instituições que estiveram envolvidos na regionalização e localização da Agenda 2030 no território brasileiro.

O Brasil é o único país do mundo que possui uma plataforma de monitoramento de indicadores subnacionais, publicados através do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades do Brasil (IDSC-BR), iniciativa do Instituto Cidades Sustentáveis (ICS) através do Programa Cidades Sustentáveis (PCS), com metodologia original validada pela SDSN (Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável ou Sustainable Development Solutions Network). O IDSC-BR utiliza fontes de dados públicas para acompanhar o progresso das cidades brasileiras em relação aos indicadores dos ODS. Portanto, houve o entendimento metodológico por parte da ABM de que já há, para o caso específico do Brasil, um acompanhamento abrangente de dados estatísticos, o que levou a decisão de estruturar essa pesquisa em uma base qualitativa.

Junto a essa base qualitativa, a pesquisa desse Relatório Subnacional Voluntário teve como premissa não somente analisar como os governos locais têm atuado em prol dos desenvolvimentos sustentáveis, mas sim entender quais os efeitos dos ODS e da Agenda 2030 de maneira mais ampla na gestão pública local. Esse processo de procura pelos “Efeitos Indutores” da Agenda 2030 na formulação de políticas públicas foi proposto pelo projeto “Objetivos Globais” (Global Goals) conduzido pela Universidade de Utrecht, na Holanda, e pela “Força-Tarefa de Governança do Sistema Terrestre sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (Earth System Governance). De acordo com a Força-Tarefa, os “efeitos indutores” são entendidos como mudanças no comportamento dos atores devido aos ODS (Biermann, Hickmann e Senit 2022, 1), enquanto níveis relevantes de localização dos ODS acontecem nos domínios “institucional, discursivo, relacional e de recursos” (Llanos e Raven 2022, 60-61).



Em resumo, portanto, o I RSV do Brasil possuiu três características-base em seu enquadramento metodológico: 1) um aspecto exploratório; 2) uma base qualitativa; e 3) a busca por Efeitos Indutores da Agenda 2030 na formulação de políticas públicas locais.

A parte inicial desse trabalho envolveu o estabelecimento de três métodos de coleta de dados. Estes são (i) a elaboração e disseminação de um questionário estruturado para os municípios brasileiros; (ii) a realização de entrevistas semiestruturadas com municípios, instituições e governo federal; e (iii) uma observação participante em fóruns de consulta e deliberação sobre ODS a nível nacional. Junto a esses três métodos, realizou-se uma revisão documental e de literatura sobre a localização dos ODS no Brasil. O principal objetivo de ter uma triangulação de métodos de coleta de dados foi garantir uma natureza exploratória do projeto: o questionário e a revisão documental e bibliográfica possuem aspectos abrangentes, que permitem um entendimento amplo dos efeitos da Agenda 2030 junto aos governos locais. Por outro lado, a utilização de entrevistas semiestruturadas possuiu o objetivo de se aprofundar em alguns casos selecionados de governos subnacionais, entendendo como o contexto local influencia a definição de como os ODS são mobilizados pelas prefeituras.

O primeiro destes, o (i) questionário estruturado, foi realizado em articulação com o grupo de trabalho de territorialização da Comissão Nacional para os ODS. Os dados adquiridos foram compartilhados com o grupo governamental que está elaborando a Revisão Nacional Voluntária para servir como base de seu relatório, entrelaçando o desenvolvimento da RSV com o RNV. Além de gerar dados importantes para a RNV, coordenar a execução da pesquisa com o Governo Federal cria um ambiente propício para que a pesquisa seja bem recebida em diferentes municípios, aumentando sua capilaridade e alcance. Garantir que a pesquisa tenha o alcance mais amplo possível, no entanto, aumenta a demanda para que ela seja o mais direta possível, e por isso sua natureza estruturada. A experiência da ABM com pesquisas demonstra que, para assegurar uma participação massiva, os questionários precisam ser práticos e de rápido preenchimento.

Para isso, o questionário se concentrou em (i) questionar o grau de conhecimento sobre a Agenda 2030 no município, (ii) o uso dos ODS nos instrumentos de planejamento, implementação e monitoramento de políticas públicas, (iii) quais desafios percebidos pela gestão local na territorialização da Agenda 2030, (iv) quais recomendações a gestão local possui para o Governo Federal e o ecossistema de organizações internacionais e nacionais, e (v) quais as melhores práticas locais sobre desenvolvimento sustentável identificados pela Prefeitura. Pelo questionário ter o uso dual (no RSV e também no RNV), a elaboração das perguntas e dos critérios foi construído coletivamente entre a ABM e os membros da Câmara Temática de Localização, exigindo assim uma adaptação do processo para atender as demandas do RNV.

As entrevistas semiestruturadas aconteceram após a disseminação do formulário. O processo de decisão para a realização de entrevistas semiestruturadas foi duplo: por um lado, as entrevistas ajudam a aprimorar os resultados obtidos pelo questionário, aumentando seu valor e rigor à medida que se move em direção a dados qualitativos. Por outro, o aspecto semiestruturado permite que se aprofunde no



estudo da territorialização dos ODS para além das perguntas-base do questionário. Além de prefeitos e representantes de prefeituras, a amostra das entrevistas semiestruturadas incluirá atores como membros do Governo Federal, agências de financiamento, Organizações Internacionais e da Sociedade Civil Organizada. Esses atores foram identificados previamente por seu envolvimento em projetos relacionados aos ODS, ou também por terem sido mencionados por outros atores em entrevistas (no que é comumente referido como “amostragem por bola de neve”).



O terceiro método de coleta de dados envolveu revisão de documentos oficiais via análise de conteúdo. Estes incluíram, em nível local, os Relatórios Locais Voluntários (RLVs) elaborados por cidades e estados brasileiros, além das boas práticas e os planos governamentais submetidos pelas cidades através do questionário. Em nível federal, a revisão de conteúdo envolveu especialmente instrumentos de planejamento, como os Planos Plurianuais (PPA); os planos setoriais de desenvolvimento (como o “Novo Programa de Aceleração do Crescimento” ou “Novo PAC”); e o primeiro RNV do Brasil (2017), além do processo prévio de documentação que gerou o II RNV.

Embora o valor de um estudo exploratório tenda a se concentrar na coleta de dados, isso não torna este projeto sem seus requisitos de métodos e técnicas para análise de dados. Considerando a natureza triangular e multimétodo, a análise de dados teve o desafio de considerar diferentes fontes e disponibilidades de dados. Para isso, o método principal utilizado para consolidação dos dados foi de codificação, criando um fio comum de análise entre as entrevistas, as análises documentais, e as respostas do questionário. Os tipos de códigos utilizados serão convencionais (ou seja, baseados nos dados adquiridos) e direcionados (ou seja, resultantes de revisão de literatura e teoria) (Hsieh e Shannon 2005, 1286).

Finalmente, como a execução da RSV também envolve uma natureza prática, houve esforços metodológicos constantes para compartilhar e incluir membros do Governo Federal, outras entidades municipalistas e representantes da Sociedade Civil no desenvolvimento deste RSV. Este esforço coordenado buscou garantir que os resultados dessa pesquisa sejam úteis para a prescrição de políticas públicas no futuro próximo, também aumentando a transparência e visibilidade do processo. Há, ainda, um aspecto mobilizador: ao participar como ouvintes do Grupo de Redação do RNV, conduzir com entrevistas gestores municipais e representantes de OIs e ONGs, o RSV mobilizou atores relevantes a refletir e se envolver com a agenda de localização. Portanto, um ponto forte da fase final do processo de RSV é o impulso construído para acelerar a coordenação federativa e, assim, acelerar também a implementação de ações locais em prol dos ODS no Brasil. Espera-se manter esse impulso adiante compartilhando amplamente o RSV e convidando atores-chave para participar de eventos públicos para discutir a localização dos ODS no país.

Observatório GOLD, a ABM iniciou um trabalho de acompanhamento e monitoramento da localização da intenção de atualizar seu RNV em 2024. Através de insumos técnicos produzidos pela GTF e momentos de compartilhamento de experiência com entidades municipalistas de todo o mundo e assessores técnicos do Observatório GOLD, a ABM iniciou um trabalho de acompanhamento e monitoramento da localização da Agenda 2030 que foi implementado ao longo de 2024.



ODS: DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES

Com o objetivo de obter dados para subsidiar a elaboração desse RSV, a ABM colaborou com a FNP e o Governo do Brasil para elaborar e disseminar, para todas as 5.570 prefeituras do Brasil, um questionário virtual. De comum acordo, o questionário foi estruturado de forma a obter informações sobre o conhecimento, a relevância e o processo de implementação da Agenda 2030 junto aos territórios municipais.

O formulário inquiria sobre como a Agenda 2030 estaria influenciando o Planejamento Municipal, especialmente na sua inserção em documentos e mecanismos de gestão pública (Planos Plurianuais; Planos setoriais, como de ação climática ou de saúde; Leis orçamentárias; Plano Diretores; etc.) e na burocracia municipal (por exemplo, na criação de secretaria ou assessoria própria

para os ODS). Em adição, inquiriu-se sobre qual o nível de conhecimento da prefeitura sobre a Agenda 2030, bem como sobre sua utilidade e a relevância da agenda para a gestão municipal, em uma escala de 1 (nenhum ou pouco) a 5 (muito ou extremo).

Na última parte estruturada do questionário, solicitou-se que cada governo local apontasse quais os principais

Imagem 2: Card de divulgação do questionário.

Atenção gestor municipal

Participe da coleta de dados para o Segundo Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Brasil

São apenas 5 minutos

Sua contribuição é **muito importante**

O formulário estará disponível até o dia **26 de janeiro**

REALIZAÇÃO: CNODS

APOIO: ABM Associação Brasileira de Municípios, FNP Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos, SECRETARIA-GERAL, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, GOVERNO FEDERAL BRASIL

Fonte: elaboração própria (2024).

Imagem 3: interface do formulário.



Levantamento de dados - Territorialização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 em governos locais brasileiros

Seja bem-vinda(o) ao levantamento de dados sobre a territorialização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 nos governos locais do Brasil.

O objetivo principal é mapear e compreender o panorama atual da implementação dos ODS em nível local.

As informações coletadas serão utilizadas para subsidiar a elaboração do [Segundo Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Brasil](#).

Trata-se de iniciativa da **Comissão Nacional para os ODS**, da **Secretaria-Geral da República**, em coordenação com a **Associação Brasileira de Municípios (ABM)**, a **Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP)** e o **Ministério de Planejamento (MPO)**.

O tempo estimado para preenchimento é de **5 minutos**. O prazo para preenchimento é **26 de janeiro de 2024**.

Dúvidas sobre o preenchimento podem ser encaminhadas para secretaria@fnp.org.br e secretaria@abm.org.br.

Obrigada pela sua contribuição!

*Ao preencher este formulário, autoriza-se o uso dos dados coletados para serem utilizados no RNV e para compor a base de dados da CNODS.

Fonte: elaboração própria (2024).

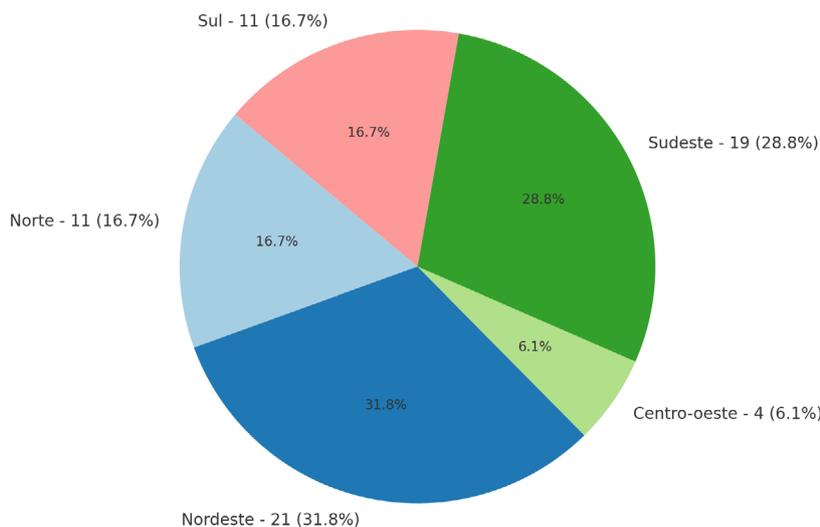


desafios e necessidades de avanço, na avaliação local, para que os ODS pudessem ser localizados de forma mais efetiva. Por fim, em uma seção semiestruturada do questionário, foi aberto espaço às prefeituras para que compartilhassem até três boas práticas de seu governo local na implementação dos ODS.

O questionário obteve 91 respostas, das quais 79 eram válidas (de representantes de governos locais em ex-

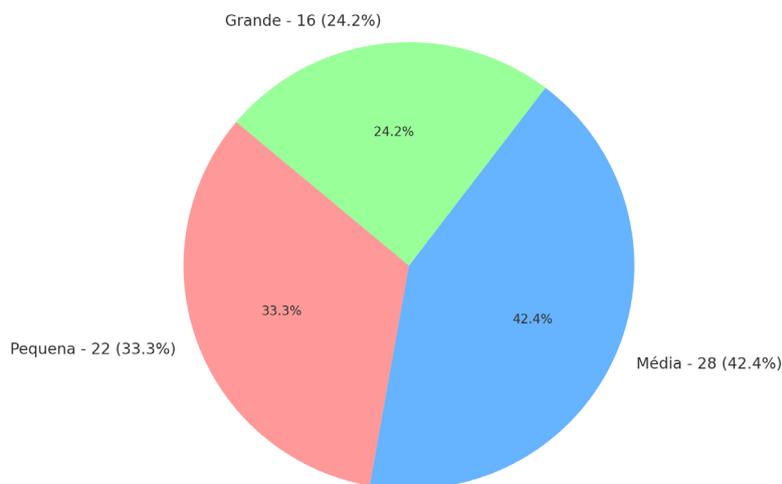
ercício), provenientes de um total de 66 cidades diferentes. Houve respostas de todas as regiões do país, com um número maior de respondentes no Nordeste (21) e Sudeste (19), com menos respostas na região Norte (11), Sul (11) e Centro-Oeste (4). Em conjunto, as cidades que compartilharam suas respostas representam 41,7 milhões de brasileiros, ou uma amostra de 19,57% da população nacional.

Gráfico 1: Distribuição de municípios respondentes por região.



Fonte: Elaboração própria (2024).

Gráfico 2: Distribuição de municípios por porte, segundo o IBGE (2024).



Fonte: Elaboração própria (2024).



Cumprir destacar aqui algo reportado pela maioria das cidades quanto ao maior potencial da Agenda 2030 junto aos seus territórios: o aumento da capacidade de planejamento. Mais de 50% das respostas trouxeram que os ODS estão presentes em Planejamentos Estratégicos (64,8%), Planos Intersetoriais (56%) e Plano Plurianuais (53,8%), embora com diferentes graus de relevância e nível de implementação e conhecimento técnico. Um número menor de respondentes, porém ainda expressivo, identificou a presença da Agenda 2030 em seus Planos Diretores (46,2%) e em diretrizes orçamentárias, como Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Leis Orçamentárias Anuais (LOAs).

Na esfera de planejamento, cabe notar como **não só as cidades pontuaram que os ODS estão presentes em instrumentos de gestão pública, como também reportaram esses instrumentos como as melhores práticas localizadas em seu território**. Do total de respostas, 34 boas práticas focaram em instrumentos e mecanismos de planejamento, gestão e governança, ou monitoramento e avaliação. Algumas dessas boas práticas envolvem a inserção dos ODS em projetos de lei, institucionalizando a agenda localmente, enquanto outras tratavam sobre o monitoramento de indicadores e metas e o seu papel em aprimorar a efetividade de políticas públicas. Outras incluem, ainda, a criação de Observatórios Municipais e Grupos de Estudo e Pesquisa sobre ODS e a Gestão Pública, ou mesmo Fóruns Municipais com a presença da Sociedade Civil Organizada e Academia, pelas quais as políticas públicas foram revisitadas e aprimoradas.

Já quanto aos desafios e próximos passos, apenas dois respondentes acreditam que a Agenda 2030 já está devidamente localizada em seu território e que não é necessária alguma mudança de atitude. O desafio mais comumente apontado pelas prefeituras diz respeito à capacitação de servidores públicos locais (80,2%) e de sensibilização política da Agenda (74,7%). Outros desafios reportados são sobre a estrutura burocrática local, como a necessidade de uma maior atuação coordenada entre secretarias (65,9%) e entre diferentes áreas técnicas e disciplinas (60,4%), além de maior apoio político do executivo (45,1%) e do legislativo (44%) local. Na área de financiamento, mais da metade dos respondentes no-

taram sentir necessidade de maior financiamento público para a Agenda 2030 (61,5%), enquanto um número menor notou a falta de financiamento e envolvimento do setor privado (39,6%). Outros dois desafios reportados foram uma baixa participação da sociedade civil em ações da prefeitura (70,3%) na esfera local e ainda um baixo entendimento compartilhado sobre a relevância da Agenda na gestão pública municipal (52,7%).

As boas práticas compartilhadas através do questionário foram selecionadas pelo Grupo Curador, através de critérios de seleção acordados mutuamente, para serem inseridas no II RNV. Alguns dos critérios utilizados pelo comitê curador foram a originalidade do projeto; seu impacto no território; o atual nível de implementação; sua interseccionalidade; a área fim e os temas transversais; os eixos temáticos do HLPF de 2024 e do II RNV Brasileiro; e, por fim, a representatividade regional do governo local, de forma que as boas práticas demonstrassem atuações de governos de variados matizes políticos, de municípios de diferentes tamanhos e em regiões e biomas diversos. As boas práticas selecionadas poderão ser encontradas ao longo do texto do RNV em quadros específicos, e nos anexos do II RNV e também desse RSV (na versão completa), com o propósito de ilustrar como os ODS têm sido territorializados junto aos governos locais brasileiros.

Depois de finalizado o período de coleta de respostas no questionário, a ABM iniciou seu processo de entrevistas. Do total de 66 cidades que responderam o questionário, 40 foram selecionadas para serem entrevistadas. A amostragem de cidades para esse segundo passo foi definida por um conjunto de critérios, dentro os quais destacam-se o porte da cidade; a sua macrorregião, considerando também a representatividade de biomas; as respostas sobre seu conhecimento da Agenda 2030 e a avaliação sobre a utilidade dos ODS para a gestão pública, garantindo uma participação de atores já envolvidos com os ODS e outros resistentes à sua implementação; e, por fim, o gênero da pessoa respondente, garantindo uma paridade entre gêneros. Municípios que informaram que não gostariam de ser contatados no questionário foram excluídos dessa amostragem.

Das 40 cidades contatadas, 27 aceitaram o convite para



participar das entrevistas, sob condição de anonimato. As entrevistas abrangeram uma gama diversa de municípios, envolvendo capitais populosas (como São Paulo/SP), capitais menos populosas (Rio Branco/AC) e também cidades de pequeno porte com menos de 50 mil habitantes (ou menores, como Anchieta/SC e Jandaíra/RN, cidades com menos de 10.000 habitantes). O objetivo foi refletir, a partir dessa amostragem qualitativa, a diversidade de realidades e desafios enfrentados pelos municípios brasileiros.

A partir da metodologia semi-estruturada, as pessoas entrevistadas foram questionadas sobre:

(i) seu conhecimento e o entendimento da relevância

da Agenda 2030 para a sua prefeitura;

(ii) o cenário de implementação dos ODS na sua cidade, enfocando-se em boas práticas e em desafios;

(iii) quais são os principais atores envolvidos na implementação da Agenda 2030 no território, tanto locais quanto nacionais ou internacionais, com um enfoque em atores com atuação no financiamento local;

(iv) quais mecanismos de monitoramento e avaliação dos ODS existem localmente;

(v) quais recomendações e solicitações cada município faria para três grupos de atores: o Governo Federal e seu Governo Estadual; Bancos de Desenvolvimento e outros

Financiadores: Organizações Internacionais e da Sociedade Civil.

CIDADE/UF	REGIÃO	POPULAÇÃO (IBGE-2021)	PORTE	GÊNERO DA PESSOA ENTREVISTADA
Goiânia/GO	Centro-oeste	1.555.626	Grande	Masculino
Brasília/DF	Centro-oeste	3.094.325	Grande	Feminino
Maracaju/MS	Centro-oeste	48.944	Pequena	Masculino
Planaltina/GO	Centro-oeste	91.345	Média	Masculino
Vitória da Conquista/BA	Nordeste	343.643	Média	Feminino
São Cristóvão/SE	Nordeste	92.090	Média	Masculino
Serra Talhada/PE	Nordeste	87.467	Média	Masculino
Teresina/PI	Nordeste	871.126	Grande	Feminino
Jandaíra/RN	Nordeste	6.907	Pequena	Masculino
Rio Branco/AC	Norte	419.452	Média	Masculino
Parintins/AM	Norte	116.439	Média	Masculino
Viseu/PA	Norte	62.093	Média	Masculino
Barcarena/PA	Norte	129.333	Média	Feminino
Formoso do Araguaia/TO	Norte	18.358	Pequena	Masculino
Guarulhos/SP	Sudeste	1.404.694	Grande	Masculino
Belo Horizonte/MG	Sudeste	2.530.701	Grande	Masculino
Barretos/SP	Sudeste	123.546	Média	Masculino
São Paulo/SP	Sudeste	12.396.372	Grande	Masculino
Francisco Morato/SP	Sudeste	179.372	Média	Feminino



A LOCALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL

Versão resumida do primeiro Relatório Subnacional Voluntário

Tabela 1: Lista de cidades entrevistadas, segmentadas por região, população e gênero da pessoa entrevistada (continuação)

CIDADE/UF	REGIÃO	POPULAÇÃO (IBGE-2021)	PORTE	GÊNERO DA PESSOA ENTREVISTADA
Niterói/RJ	Sudeste	516.981	Grande	Feminino
Cordeirópolis/SP	Sudeste	25.116	Pequena	Masculino
Curitiba/PR	Sul	1.963.726	Grande	Feminino
Rio Grande/RS	Sul	212.881	Média	Masculino
Piraquara/PR	Sul	116.852	Média	Feminino
Porto Alegre/RS	Sul	1.492.530	Grande	Feminino
Caçador/SC	Sul	80.017	Média	Feminino
Anchieta/SC	Sul	5.477	Pequena	Masculino

Fonte: elaboração própria.

Em adição às entrevistas com os governos municipais, foram realizadas entrevistas com OIs, ONGs e representantes de Ministérios do Governo Federal.

Instituições envolvidas na localização dos ODS foram entrevistadas com o objetivo de analisar suas prioridades de apoio e quais os desafios que identificavam para a localização dos ODS no Brasil, tanto os relacionados ao

Governo Federal quanto os diretamente relacionados aos municípios. As instituições foram selecionadas de acordo com o seu envolvimento na territorialização dos ODS, sua participação na CNODS e também por serem mencionadas como parceiros institucionais e/ou financiadores de projetos pelas cidades. Do total de ministérios e instituições contatadas, treze participaram de entrevistas.

Tabela 2: Lista de instituições entrevistadas, segmentadas por tipologia.

TIPO DE INSTITUIÇÃO	INSTITUIÇÃO
Governo Federal	Coordenação de Desenvolvimento Sustentável do Ministério das Relações Exteriores
Governo Federal	Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Organização Internacional	Organização Internacional para as Migrações (OIM)
Organização Internacional	Fundo Mundial para o Desenvolvimento das Cidades (FMDV)
Organização Internacional	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
Organização Internacional	ONU-Habitat
Organização Internacional	Delegação da União Europeia
Organização Internacional	Banco Mundial
ONG	Instituto Alzirás
ONG	Instituto Cidades Sustentável (ICS)
ONG	Movimento Nacional ODS (MNODS)



Tabela 2: Lista de instituições entrevistadas, segmentadas por tipologia (continuação)

TIPO DE INSTITUIÇÃO	INSTITUIÇÃO
ONG	Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS)
Associação Municipalista	Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP)

Fonte: elaboração própria (2024).

Houve um conjunto de contribuições em comuns sobre a localização dos ODS mencionados por praticamente todos os municípios entrevistados. Um ponto comum entre todos os entrevistados, e que traz à luz o aspecto positivo da Agenda 2030, se refere à relevância da localização dos ODS. As cidades que localizaram os ODS afirmaram que a estrutura lhes permitiu planejar efetivamente para o médio e longo prazo e melhorar sua gestão local.

Com relação a esse aspecto positivo, observou-se um reconhecimento coletivo de que os ODS são instrumentos fundamentais para o desenvolvimento local, especialmente no que se refere ao planejamento e à gestão pública. Para muitos, a integração dos ODS nos instrumentos de gestão, como Planos Plurianuais (PPA), Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Planos Diretores, tem sido uma prática crescente, mas que ainda enfrenta obstáculos significativos no que tange à obtenção de apoio político do gestor local, da compreensão da sociedade civil e nas etapas de priorização e implementação de políticas públicas.

Outro ponto de convergência entre os entrevistados foi a percepção de que o apoio governamental, tanto federal quanto estadual, é crucial para o sucesso da implementação dos ODS. A necessidade de maior apoio financeiro, simplificação dos processos burocráticos e uma melhor comunicação e coordenação entre as esferas municipal e federal foram amplamente mencionadas como fundamentais para superar os desafios enfrentados pelos municípios.

A sustentabilidade e a gestão ambiental também se destacaram como áreas de preocupação crescente, com ênfase na implementação de políticas de sustentabilidade, gestão de resíduos sólidos e saneamento básico,

além da adaptação às mudanças climáticas e redução de risco de desastres. Vale notar que a agenda de desenvolvimento sustentável costuma ficar institucionalmente posicionada nas secretarias municipais de meio ambiente ou áreas correlatas, o que pode fazer com que ocorra uma priorização da agenda de meio ambiente em detrimento das áreas sociais e econômicas.

Um dos principais desafios apontados foi a falta de capacitação técnica. Muitos entrevistados mencionaram a necessidade de treinamento e qualificação dos servidores públicos locais, um passo essencial para garantir que os ODS sejam implementados de forma eficaz. Além disso, as limitações orçamentárias foram uma constante nas respostas, com a maioria dos entrevistados identificando dificuldades financeiras como um fator impeditivo para a execução de projetos e políticas públicas alinhados aos ODS. Embora esse fator seja mais presente nas demandas dos municípios menores, foi constante em todas as entrevistas, especialmente em municípios menores.

As entrevistas também destacaram disparidades claras entre os municípios de diferentes portes. Enquanto não houve diferenças massivas entre os municípios de diferentes regiões com relação a suas demandas, pode-se notar que municípios do Sudeste possuíam uma capacidade técnica elevada quando comparado ao resto do Brasil. A maior parte das diferenças, contudo, foi observada entre municípios de portes diferentes: cidades maiores, especialmente as capitais, demonstram um nível avançado de conhecimento e experiência na implementação dos ODS, enquanto que municípios menores ainda estão nos estágios iniciais, enfrentando dificuldades para compreender e incorporar plenamente esses objetivos em suas políticas públicas.



A LOCALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL

Versão resumida do primeiro Relatório Subnacional Voluntário

A principal diferença observada foi em relação à capacidade de monitoramento e avaliação da Agenda 2030. Apenas as capitais e cidades de grande porte mencionaram possuir mecanismos próprios de monitoramento contínuo, informando ainda que possuem plataformas de acompanhamento que exigem a realização de ajustes em suas metas periodicamente. Os municípios menores, sem a mesma autonomia técnica, frequentemente dependem do governo federal para suporte em monitoramento, o que limita sua capacidade de conduzir avaliações independentes e imediatas. Derivado disso, houve também recomendações distintas vindo desses dois conjuntos de atores: capitais mencionaram que não seria prioridade que o Governo Federal desenvolvesse mais plataformas de monitoramento, enquanto que cidades pequenas e médias solicitaram de forma uniforme que seria útil ter dados desagregados, monitorados desde os governos Federal e Estadual, que pudessem informar suas políticas públicas. No entanto, todos os governos locais que afirmaram estar monitorando projetos relacio-

nados aos ODS relataram que isso melhorou sua gestão pública local.

A governança também varia significativamente entre cidades de diferentes portes. Cidades de grande porte, em geral, optaram por criar estruturas específicas dedicadas aos ODS, como comissões ou secretarias exclusivas, enquanto outras, especialmente as menores, preferiram integrar os ODS nas estruturas administrativas já existentes. Como consequência, há uma integração limitada entre secretarias, com a agenda de desenvolvimento sustentável ficando limitada a secretarias já sensibilizadas com a agenda. Esse resultado revela como diferentes configurações organizacionais refletem os recursos e as capacidades de cada município. Há, contudo, exceções; cidades como Francisco Morato/SP e Planaltina/GO, de porte médio, declararam possuir mecanismos de interlocução entre secretarias e também com a sociedade civil, articulando junto a diferentes atores em sua governança.

Quadro 1: Quadro-resumo dos desafios observados para a localização dos ODS no Brasil.

Palavra-chave	DESCRIÇÃO
Capacitação Técnica	Principal desafio: servidores públicos e gestores locais tem baixa compreensão sobre a Agenda 2030, especialmente visível em municípios de pequeno e médio porte
Recursos Financeiros	Limitações orçamentárias e necessidade de adaptação de mecanismos de financiamento para a realidade subnacional brasileira
Apoio Político e Governamental	Dificuldade em obter apoio político local, necessidade de simplificar processos e melhorar coordenação entre esferas governamentais
Monitoramento e Avaliação	Disparidade na capacidade de monitoramento entre municípios e dependência de suporte federal para monitoramento em cidades menores
Estrutura de Governança	Variação na estrutura administrativa entre cidades
Transversalização dos ODS	Dificuldades na incorporação transversal dos ODS em instrumentos de gestão e na priorização de políticas em políticas setoriais
Priorização das agendas	Risco de priorizar excessivamente a agenda ambiental e climática em detrimento de áreas sociais e econômicas

Fonte: elaboração própria (2024).



Por fim, o processo de entrevistas buscou solicitar as principais recomendações dos governos municipais para a localização da Agenda 2030. As cidades entrevistadas foram questionadas sobre quais recomendações dariam ao Governo Federal e Estadual; a bancos de desenvolvimento e outros atores com capacidade de financiamento; e às Organizações Internacionais e da Sociedade Civil.

As recomendações para o Governo Federal voltaram-se especialmente a mais instrumentos de capacitação, financiamento, monitoramento e apoio político. A seguir, resumimos as principais demandas coletadas através desse RSV.

- **Envolvimento: maior envolvimento de governos subnacionais no processo de tomada de decisão.** Pode-se observar como o Pacto Federativo influencia diretamente a territorialização da Agenda 2030 no Brasil. O arranjo de governança multinível brasileiro, com a divisão de responsabilidades entre União, estados e municípios, afeta significativamente o grau de autonomia e as competências dos governos locais na implementação dos ODS, o que é ainda mais influenciado pela dificuldade no desenvolvimento de capacidades técnicas e institucionais locais na Agenda 2030. Como o grau de convergência federativo e a liderança dos governos nacionais e subnacionais foram identificados como pontos-chave para uma aceleração na implementação dos ODS nacionalmente, recomenda-se que haja um maior envolvimento de governos subnacionais no processo de tomada de decisão, para além de processos de consulta e monitoramento de iniciativas. Institucionalmente, para além da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, espaços de articulação federativa precisam se adequar à transversalidade da Agenda 2030. O Conselho da Federação (CF), órgão que reúne representantes do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, pode aprimorar seu envolvimento com a agenda de desenvolvimento sustentável, fortalecendo a interlocução entre os líderes dos poderes executivos dos três níveis federativos do Brasil.
- **Capacitação: Capacidades técnicas e institucionais.** essencial que os esforços de capacitação sejam ampliados e disseminados de maneira mais eficaz. Apesar da existência de treinamentos através de mecanismos federais, como a Escola Virtual de Governo da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e a Plataforma CapaCidades do Ministério das Cidades, os municípios relatam baixa sensibilização e adesão de servidores aos cursos disponíveis. Os municípios que relataram conhecimento dessas plataformas, contudo, também relataram possuir maior capacidade técnica na agenda, indicando que é possível que o melhor caminho seja de disseminação das capacitações de uma maneira mais localizada.
- **Monitoramento & Avaliação:** Os municípios que relataram possuir mecanismos de monitoramento e avaliação foram os que indicaram maior relevância da Agenda 2030 em sua realidade local. Municípios pequenos e médios, contudo, relataram dificuldades para coletar e analisar dados, especialmente devido a uma limitada capacidade de recursos humanos e a dificuldade de priorizar estratégias de monitoramento de políticas públicas frente a outras demandas municipais. Recomenda-se o desenvolvimento e o acompanhamento de indicadores adaptados à realidade local dos municípios, sendo também regionalizados e desagregados para uso dos municípios.
- **Financiamento: adequação e aumento de instrumentos de financiamento.** O financiamento precisa ser mais acessível às cidades. Gestores municipais relatam limitações orçamentárias para desenvolver e executar os projetos ambiciosos necessários à aceleração da Agenda 2030. Diante das demandas da população, há pouco espaço para priorizar esses projetos, que muitas vezes não trazem resultados dentro de um ciclo eleitoral de quatro anos. Há a demanda para a facilitação de acesso a recursos para o desenvolvimento de iniciativas que não dependam da CAPAG dos governos locais – por exemplo, através de financiamentos não-reembolsáveis.
- **Apoio político:** Apesar do transversalização dos ODS em instrumentos de planejamento como o PPA 2024-2027, e em planos setoriais de desenvolvi-



mento, como o Novo PAC, nenhuma cidade entrevistada ou questionada através do questionário mencionou esses instrumentos como fatores de impacto em sua realidade local. Dentre as instituições entrevistadas, apenas um banco de desenvolvimento relatou o potencial do PPA, do Novo PAC, do Plano de Transformação Ecológica e da Nova Indústria Brasil de acelerar a localização dos ODS. É possível observar através do PAC Seleções como mais de 2.000 municípios estão recebendo apoio financeiro e técnico para desenvolver obras, projetos, e compras de equipamentos que permitirão desenvolver iniciativas alinhadas aos ODS. O baixo alinhamento e sensibilização dos governos locais sobre os meios prioritários de implementação dos ODS do Governo Federal sugerem que um passo necessário é de que os ODS recebam maior atenção nas esferas mais altas da política.

Assim, pode-se observar como o Pacto Federativo influencia diretamente a territorialização da Agenda 2030 no Brasil. Um dos temas-chave relacionados à diferenciação da localização da Agenda 2030 em diferentes cenários diz respeito ao desenho institucional e constitucional de cada país. Os esforços de localização variam devido ao arranjo de governança multinível de cada país, o que pode afetar o nível de independência, autonomia, legitimidade e poder delegado aos governos locais. O arranjo de governança multinível brasileiro, com a divisão de responsabilidades entre União, estados e municípios, afeta significativamente o grau de autonomia e as competências dos governos locais na implementação dos ODS.

Foi perceptível ao longo da realização do RSV como o grau de convergência nacional com a Agenda 2030 e a liderança dos governos nacionais e subnacionais impactam a eficácia dos esforços de localização e o papel que os governos locais desempenham na implementação da Agenda 2030. Assim, para além da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, espaços de articulação federativa precisam adentrar na Agenda 2030 e buscar um alinhamento entre municípios, estados e governo federal. No federalismo brasileiro, o Conselho da Federação (CF) apresenta-se como um dos espaços institucionais adequados para garantir a

interlocução entre os líderes dos poderes executivos dos três níveis federativos do Brasil.

As recomendações para doadores, organizações internacionais e ONGs envolveram especialmente uma adaptação de sua metodologia de seleção de cidades apoiadas. A seguir, resumimos as principais demandas coletadas através desse RSV.

- Municípios pequenos e médios dependem do apoio de instituições com maior capacidade técnica e financeira para desenvolver projetos e avançar a agenda de desenvolvimento sustentável. Contudo, a maior parte das instituições entrevistadas mencionaram trabalhar com capitais, especialmente devido a sua capacidade de implementação da agenda. Há, assim, a recomendação de municípios pequenos e médios de que suas cidades deveriam ser priorizadas em projetos que busquem fortalecer a capacidade local. Entre suas maiores necessidades estão (i) a capacitação do pessoal municipal e (ii) fundos não reembolsáveis, como subsídios para projetos pilotos.
- Já as capitais e grandes cidades demonstram interesse em aprimorar suas capacidades de monitoramento e avaliação. Isso aponta para uma oportunidade de implementar projetos voltados à coleta e análise de dados, fortalecendo as capacidades de monitoramento dessas cidades.
- Apesar do reconhecido trabalho das ONGs e da sociedade civil organizada em nível federal e estadual, diversas cidades relatam que o apoio da sociedade civil à agenda de desenvolvimento sustentável ainda é baixo, especialmente em cidades do Sul e Norte do país. Isso sugere que ONGs poderiam ampliar sua atuação e capilaridade nos níveis locais, a fim de fortalecer o apoio à agenda sustentável de baixo-para-cima.

Com a conclusão desse processo, há três recomendações possíveis de serem feitas diretamente às cidades. Essas informações são resultados da análise documental, do questionário e das entrevistas realizadas.

- Cidades que integram os ODS em seu planejamento urbano relataram melhorias na governança, na



gestão local e mesmo no reconhecimento da sua população local. Todos os gestores entrevistados que mencionaram priorizar os ODS em suas agendas políticas observaram benefícios, como o aumento de apoio para um possível segundo mandato.

- Envolver-se com os ODS traz vantagens políticas, ao mesmo tempo que pode abrir portas para acesso a financiamentos de programas federais e internacionais. Instituições internacionais mencionaram que, ao selecionar cidades apoiadas, têm como critério essencial que haja uma mobilização local sobre os ODS, especialmente expresso através de Relatórios

Locais Voluntários (RLVs) ou planos municipais alinhados com os ODS.

- Por fim, a capacitação e aprimoramento das habilidades do pessoal municipal são fundamentais para que os servidores compreendam a relevância da agenda de desenvolvimento sustentável e tenham acesso às ferramentas necessárias para melhorar a qualidade de vida da população. Mecanismos de incentivos à capacitação de servidores locais devem trazer benefícios à gestão pública no médio e longo prazo e poderiam, assim, ser incentivados.



REFERÊNCIAS

Acharya, Amitav. "How Ideas Spread: Whose Norms Matter? Norm Localization and Institutional Change in Asian Regionalism." *International Organization* 58, no. 2 (2004): 239-275.

Acharya, Amitav. "Norm Subsidiarity and Regional Orders: Sovereignty, Regionalism, and Rule-Making in the Third World." *International Studies Quarterly* 55, no. 1 (2011): 95-123.

Biermann, Frank, Thomas Hickmann, and Carole-Anne Sénit. "Assessing the Impact of Global Goals." In *The Political Impact of the Sustainable Development Goals*, 1-21. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

Biermann, Frank, Thomas Hickmann, Carole-Anne Sénit, Marianne Beisheim, Steven Bernstein, Pamela Chasek, Lukas Grob, et al. "Scientific Evidence on the Political Impact of the Sustainable Development Goals." *Nature Sustainability* 5, no. 9 (2022): 795-800.

Brasil. "Voluntary National Review of the Sustainable Development Goals." 2017.

Brasil. "Mensagem no 743, de 27 de dezembro de 2019." *Diário Oficial da União*, December 30, 2019. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Msg/VEP/VEP-743.htm.

Brasil. "Second Voluntary National Review of the Sustainable Development Goals." 2024.

Forestier, Oana, and Rakhyun E. Kim. "Cherry-Picking the Sustainable Development Goals: Goal Prioritization by National Governments and Implications for Global Governance." *Sustainable Development* 28, no. 5 (2020): 1269-1278.

Galvão, Thiago Gehre, Maria Gabriela Bernardino Lima, and Rodrigo Ramiro. "Bottom-Up Regionality and the Sustainable Development Goals: Civil Society Organizations Shaping 2030 Agenda Implementation in Latin America." *Revista Brasileira de Política Internacional* 66, no. 2 (2023).

Galvão, Thiago Gehre, and Rodrigo Ramiro. "A Governança Complexa da Agenda 2030 e os Efeitos-Indutores da Implementação dos ODS no Brasil (2015-2022)." *Carta Internacional* 18, no. 1 (2023): e1306.

Galvão, Thiago Gehre, and Rodrigo Ramiro. "Social Governance of the 2030 Agenda and the SDGs in Brazil." In *SDGs in the Americas and Caribbean Region, Implementing the UN Sustainable Development Goals – Regional Perspectives*, edited by Walter Leal Filho et al. Cham: Springer, 2023.

Glass, Lisa-Maria, Jens Newig, and Sophie Ruf. "MSPs for the SDGs – Assessing the Collaborative Governance Architecture of Multi-Stakeholder Partnerships for Implementing the Sustainable Development Goals." *Earth System Governance* 17 (2023): 100182.

Global Taskforce of Local and Regional Governments (GTF). "UCLG Supports a Stand-Alone Urban Goal: Join the Awareness-Raising Campaign." 2013. <https://www.global-taskforce.org/uclg-supports-stand-alone-urban-goal->



[join-awareness-raising-campaign.](#)

Global Taskforce of Local and Regional Governments. “National and Sub-National Governments on the Way Towards the Localization of the SDGs.” 2017. https://www.global-taskforce.org/sites/default/files/2017-06/bfe783_a7ee7e-acc46f46498e7efa0f18985207.pdf.

Gupta, Joyeeta, and Måns Nilsson. “Toward a Multi-Level Action Framework for Sustainable Development Goals.” In *Governing Through Goals: Sustainable Development Goals as Governance Innovation*, edited by Norichika Kanie and Frank Biermann, 275–294. Cambridge, MA: MIT Press, 2017.

Hickmann, Thomas, Frank Biermann, Carole-Anne Sénit, Yixian Sun, Magdalena Bexell, Matthew Bolton, Harriet Bulkeley, et al. “Scoping Article: Research Frontiers on the Governance of the Sustainable Development Goals.” *Global Sustainability* 7 (2024): e7.

Hsieh, Hsiu-Fang, and Sarah E. Shannon. “Three Approaches to Qualitative Content Analysis.” *Qualitative Health Research* 15, no. 9 (2005): 1277–1288.

Llanos, Andres Ordóñez, Rob Raven, Magdalena Bexell, Bertha Botchwey, Basil Bornemann, Janne Censoro, Mika Christen, et al. “Implementation at Multiple Levels.” In *The Political Impact of the Sustainable Development Goals*, 59–91. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

Muchagata, Marcia, Willian Debôrtoli, Maria Luisa Da Matta, Mariana Fernandes, Fernanda Pereira, Douglas Santos, Zélia Gomes De Araujo, and Rômulo Paes-Sousa. “Localizando Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: Desafios de Municípios Brasileiros Mais Populosos e com Alta Vulnerabilidade Socioeconômica para a Implementação da Agenda 2030.” *Revista Do Serviço Público* 74, no. 4 (2023): 734–757.

Okitasari, Mahesti, and Tarek Katramiz. “The National Development Plans After the SDGs: Steering Implications of the Global Goals Towards National Development Planning.” *Earth System Governance* 12 (2022): 100136.

Órdoñez Llanos, Andres O., Rob Raven, Magdalena Bexell, Bertha Botchwey, Basil Bornemann, Janne Censoro, Mika Christen, et al. “Implementation at Multiple Levels.” In *The Political Impact of the Sustainable Development Goals: Transforming Governance Through Global Goals?*, edited by Frank Biermann, Thomas Hickmann, and Carole-Anne Sénit, 59–91. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

Ramiro, Rodrigo C. “As Agendas ODS no Plano Plurianual 2016-2019.” *Boletim de Análise Político-Institucional* 28 (2021): 47–56.

Ramiro, Rodrigo. “The Brazilian National Landscape in Governing and Implementing the 2030 Agenda and the SDGs.” In *The Quest for the Sustainable Development Goals*, edited by Thiago G. Galvao and Henrique Z. de Menezes. Cham: Springer, 2024.

Sachs, Jeffrey D., Guillaume Lafortune, and Gordon Fuller. “The SDGs and the UN Summit of the Future.” In *Sustainable Development Report 2024*. Paris: SDSN; Dublin: Dublin University Press, 2024.

UCLG – United Cities and Local Governments. “Local and Regional Governments’ Report to the 2017 HLPF—1st Report: National and Sub-National Governments on the Way Towards the Localization of the SDGs.” Barcelona: Global Taskforce of Local and Regional Governments, 2017.

UNGA – United Nations General Assembly. “Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development.”



UN Doc. A/70/L.1, New York, 2015.

United Cities and Local Governments - UCLG. "Guidelines for Voluntary Subnational Reviews." 2021. www.uclg.org.

United Cities and Local Governments - UCLG. "Towards the Localization of the SDGs - From Local Action to Global Impact: How Localizing SDG 11 Empowers Communities for Sustainable Transformation." 2023. www.uclg.org.

United Cities and Local Governments (UCLG). "Towards the Localization of the SDGs: Local and Regional Governments Driving Equality, Climate Action and a New Agenda for Peace. Local and Regional Governments' Report to the 2024 HLPF." 2024. <https://gold.uclg.org/sites/default/files/uploaded/HLPF2024.pdf>.

United Cities and Local Governments (UCLG). "Localizing the SDGs: Boosting Monitoring and Reporting." 2024. <https://www.gold.uclg.org/report/localizing-sdgs-boost-monitoring-reporting>.

United Nations. "The Sustainable Development Goals Report 2023: Special Edition Towards a Rescue Plan for People and Planet." 2023. <https://unstats.un.org/sdgs/report/2023/>.

United Nations. "Inter-Agency Policy Brief: Accelerating SDG Localization to Deliver on the Promise of the 2030 Agenda for Sustainable Development." 2024. <https://sdglocalaction.org/wp-content/uploads/2024/06/Policy-Brief-FI-NAL-May-29-5-24.pdf>.



A LOCALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL

VERSÃO RESUMIDA DO RELATÓRIO SUBNACIONAL VOLUNTÁRIO